



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº17/2024

Período: 25/05/2024 a 31/05/2024

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- A contribuição da ditadura militar brasileira para destruição do meio ambiente e as consequências disso nos espaços urbanos até hoje
- 2- Grupo de parentes de vítimas da ditadura segue exigindo respostas sobre seus familiares
- 3- Exército afastou militares responsáveis por falso aviso de enchente no Rio Grande do Sul
- 4- Proposta de revisão de previdência gerou desconfiança em militares
- 5- Exército aumentou quantidade de armas que policiais militares podem comprar

1- A contribuição da ditadura militar brasileira para destruição do meio ambiente
Em reportagem, o jornal *Folha de S. Paulo* fez uma retomada histórica sobre como a exploração desenfreada da natureza foi vista como progresso durante a Ditadura Militar (1964-1985). Obras como a rodovia Transamazônica, a ponte Rio-Niterói, a sede da Petrobras, os complexos habitacionais (Cohab) e outras foram citadas como exemplos dos objetivos do regime refletidos na paisagem urbana, sem necessariamente ter havido preocupação com responsabilidade ambiental ou social, o que resultou em muitos problemas ambientais que perduram até hoje. O periódico destacou o interesse da ditadura em ocupar o interior do país pela exploração de minérios e em executar planos militares de segurança que visavam manter sob controle localidades que podiam ser mais suscetíveis ao surgimento de focos de guerrilhas opositoras ao regime. Segundo a *Folha*, não havia fiscais ou liberdade de imprensa, o que facilitava que os militares construíssem, desmatassem e lucrassem da forma que bem entendessem, e as consequências desse modo de agir são atualmente um problema atual para a sociedade brasileira. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 26/05/24)

2- Grupo de parentes de vítimas da ditadura segue exigindo respostas sobre seus familiares

Em reportagem, o periódico *Correio Braziliense* noticiou que mesmo após 60 anos da Ditadura Militar (1964-1985), um grupo de parentes das vítimas continua cobrando do Estado brasileiro o paradeiro de seus familiares desaparecidos e mortos. A respeito desse assunto, o periódico acompanhou a estadia do grupo

em Brasília, marcada por uma passeata até o Palácio do Planalto, reuniões com autoridades políticas e encontros no Congresso Nacional. Segundo o *Correio*, uma “precursora dessa luta” é Diva Santana, militante dos direitos humanos e integrante da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. Ela perdeu sua irmã e cunhado, e relatou sua insatisfação pela falta de resposta. Outra figura apresentada pelo jornal é Victoria Grabois, dirigente do Grupo Tortura Nunca Mais, que busca pelo pai, irmão e o marido. De acordo com o *Correio*, tais mulheres e muitas outras já participaram de diversas ações com o objetivo de exigir que o Estado cumpra com as sentenças sobre a busca pelos corpos das vítimas. (Correio Braziliense - Política - 27/05/24)

3- Exército afastou militares responsáveis por falso aviso de enchente no Rio Grande do Sul

Segundo reportagens dos periódicos *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *Correio Braziliense*, após informar erroneamente o rompimento de um dique na cidade de Canoas, estado do Rio Grande do Sul, os militares responsáveis por ordenar a evacuação das áreas de risco foram afastados pelo Exército. De acordo com os jornais, os militares que receberam a informação e repassaram sem confirmar sua veracidade “integravam a 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, subordinada à 5ª Divisão do Exército, e atuavam na Operação Taquari 2, de apoio humanitário ao Estado afetado pelas enchentes.”. Em comunicado, o Exército pediu “sinceras desculpas pelo ocorrido”. (Correio Braziliense - Brasil - 28/05/24; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 28/05/24; O Estado de S. Paulo - Política - 28/05/24)

4- Proposta de revisão da previdência gerou desconfiança em militares

Em reportagem, o jornal *O Estado de S. Paulo* evidenciou que há uma nova proposta de revisão da Previdência dos militares, elaborada pelo presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas. Segundo o periódico, pontos como mudança na remuneração de militares inativos preocupam e deixam em alerta a cúpula das Forças Armadas. Tal proposta, apresentada ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, teve como intuito evitar o estrangulamento das contas públicas, o que reforçou a desconfiança dos militares. O periódico ainda afirmou que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva tem certa cautela quando o tema militar surge à tona, e José Múcio Monteiro, ministro da Defesa, tenta colocar “panos quentes” nas propostas de reformulação da carreira militar aumente. Sobre isso, o jornal citou a lei aprovada em 2019, que reestruturou a carreira dos militares, mudando o tempo de serviço de 30 a 35 anos, mas também proporcionando certos benefícios, como aumentos salariais que, segundo o jornal, servem como uma forma de inflar as remunerações. Ainda em 2022 o TCU defendeu, por meio de um acórdão, que o sistema dos militares não é um regime previdenciário e, portanto, cabe ao Tesouro Nacional o pagamento das pensões dos militares na reserva. O jornal enfatizou, por fim, que esta pauta tem sido motivo de preocupação do governo Lula, diante do corte de despesas, como na educação e saúde, devido ao arcabouço fiscal. (Folha de S. Paulo - Mercado - 29/05/24)

5- Exército aumentou quantidade de armas que policiais militares podem comprar

Em coluna opinativa ao periódico *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Eduardo Gayer informou que o Exército brasileiro aumentará de dois para quatro o limite de armas que policiais e bombeiros militares podem adquirir, sendo que, das quatro, duas podem ser de uso restrito, embora a proibição de compra de fuzis permaneça. Essa decisão seria fruto da pressão dos parlamentares da chamada “bancada da bala” no Congresso Nacional, que em menos de um mês após o Exército definir a última regulamentação, duas armas para policiais militares e bombeiros inativos, se irritaram e tentaram derrubar a portaria inteira, mas o governo vetou a ideia. Segundo Gayer, ficou acertada, portanto, a revisão para os inativos num acordo costurado pelo ministro da Defesa, José Múcio Monteiro. A discussão teria surgido na esteira da decisão do Exército, no início de 2024, de autorizar a compra de até cinco armas restritas para policiais militares, com possibilidade de todas serem modelos de fuzis. No entanto, dias depois, o Exército suspendeu a medida pelo fato do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, tomar posse no dia em que as novas regras entrariam em vigor. (O Estado de S. Paulo - Política - 31/05/24)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Ana Julia Ferreira dos Santos

Camila Mika Ozassa Sawada

Duany Ferreira
Felipe Bechara Medeiros Giesteira
Iaritsa Jade Lima Freitas
Isabelle Costa
Letícia Pereira de Lima
Marcela Furlan de Cena
Maria Luiza de Barros Costacurta
Yasmin Duarte Resende

Equipe redação UFRRJ

Geremias Dias dos Santos de Carvalho
Maria Luiza Garcia Rabelo
Mariana Amaro Gonçalves Silva